



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Março de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em março de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	7
Equador	8
Guiana	10
Peru.....	12
Suriname	15
Venezuela	16
OTCA	17

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de março de 2025, a Bolívia sofreu com fortes inundações de rios, causadas pela temporada de chuva no país. Desde novembro, as chuvas intensas deixaram 4.971 comunidades afetadas nos nove departamentos do país, entre elas 452.067 famílias prejudicadas ou afetadas, além de mais de 700 casas destruídas [1]. Segundo o ministro da Defesa, Edmundo Novillo, este cenário deixou 52 vítimas fatais e 212 municípios declararam “desastre municipal”, afirmando que “a cada dia vai subindo o número de afetados e prejudicados pelo período de chuva” [1].

As chuvas afetaram de diferentes formas as regiões bolivianas [2]. Na região amazônica, as localidades de *Reyes, Borja, Rurrenabaque e Riberalta* somam mais de 2.000 famílias afetadas com a inundação do rio Beni. Soma-se a esse cenário a contaminação de poços comunais, afetando a distribuição de água potável, e a devastação das plantações de arroz, milho, mandioca e banana. A locomoção na Amazônia está sendo feita através de lanchas, entretanto autoridades afirmam a falta de combustível na região, bem como de medicamentos e alimentação [3]. Até o dia 25 de março, o diretor do Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia (SENAMHI, sigla em espanhol) alertou para o transbordo na bacia dos rios *Grande, Pilcomayo, Parapetí, Chayanta, Caine, Ichilo, Yapacaní, Tipuani e Mapiri*, que afetarão os departamentos de La Paz, Chuquisaca, Potosí, Cochabamba e Santa Cruz [4].

No dia 26 de março, o presidente boliviano, Luis Arce, declarou “emergência nacional”. Arce afirmou que a declaração ajudará o país a captar recursos externos para ajuda humanitária, além de mobilizar recursos técnicos, logísticos e econômicos nas áreas afetadas. Até o momento, mais de 4.000 militares foram desdobrados para ações nas regiões mais afetadas, bem como entregaram 234 toneladas de ajuda humanitária, além de brigadas médicas móveis e ativação de programas de saúde [2]. A Câmara Legislativa da Bolívia aprovou o recebimento de recursos do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (BID) de 75 milhões de dólares (cerca de 52 milhões de bolivianos) para atender emergências por desastres naturais. Além disso, está pendente a ajuda de 100 milhões de dólares da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) [5].

Em paralelo, no dia 28 de março, o ministério das Relações Exteriores promoveu a implementação do Programa Conjunto “*Fortalecimiento de Sistemas Alimentarios Sostenibles en la Amazonía Boliviana para Vivir Bien en Armonía con la Madre Tierra*

(AMAS-1)”. Trata-se de uma iniciativa com a finalidade de gerar segurança alimentar, desenvolvimento econômico e sustentabilidade na região da Amazônia boliviana. Segundo Celinda Sosa, esse projeto reforça o compromisso do país com o meio ambiente e com as famílias produtoras, permitindo “fortalecer a produção local, garantir alimentos saudáveis e proteger o nosso ecossistema”. O projeto recebeu investimento de 2 milhões de dólares órgãos das Nações Unidas, especificamente de FAO, PMA, IFAD e a OIT [6].

No dia 21 de março, Bolívia e Chile se reuniram, no marco da *II Reunión de la Mesa Binacional Bolivia-Chile sobre Recursos Hídricos Transfronterizos (RHT)*, em La Paz, dando seguimento ao diálogo bilateral para gestão cooperativa dos recursos hídricos. Para isso, desenvolveram uma equipe técnica binacional que será responsável por desenvolver metodologias e identificação de critérios comuns para avançar no eixo de cooperação técnica sobre delimitação de bacias. Esse projeto faz parte da ação boliviana de aumentar a cooperação transfronteiriça e a gestão equitativa e sustentável dos recursos hídricos nas bacias que compartilha com outros países da região [7].

No dia 27 de março, autoridades bolivianas e brasileiras se reuniram no marco da *III Reunión de la Comisión Mixta para la Construcción de un Puente Internacional sobre el Rio Rapirrán*. Analisaram as melhores alternativas para construir uma nova infraestrutura para interligação rodoviária. A construção da ponte facilitará o trânsito de pessoas, especialmente de estudantes da Universidade Amazônica de Pando, e permitirá o desenvolvimento econômico e turístico do estado do Acre, no Brasil. Essa iniciativa reforça o compromisso dos países em fortalecer a integração regional e avançar na construção da ponte internacional importante para a região [8].

Combinado a esta notícia de cooperação com o Brasil, a região do Pando ganhou destaque na imprensa boliviana por ser o centro das críticas de Samuel Doria Medina, possível candidato da centro-direita nas eleições bolivianas. Em sua fala, Medina denunciou a má distribuição de recursos do governo, ocorrendo uma discrepância entre os investimentos da região central para a região do Pando, impactando no fornecimento de luz elétrica (dependente da queima de diesel) e do gás. Além disso, para o empresário, a conservação da floresta amazônica pode coexistir com o desenvolvimento de atividades da pecuária e da agricultura pandina [9]. Em suas palavras: “Da combinação entre desenvolvimento e preservação ambiental depende o destino de Pando. [...] Se fizermos certo, a prosperidade virá. Se fizermos mal, nos espera o mesmo destino que já está devastando outros lugares da Amazônia: desmatamento, perda de castanha e floresta, e pobreza para todos”. Além disso, o empresário reforçou que intensificará a punição para

quem provocar incêndios florestais, assim como combater o tráfico de mercúrio. Comprometeu-se também a incentivar o reflorestamento a cada ano para “pagar a dívida contraída pelo MAS com a floresta, fauna e com a diversidade” [9].

Por fim, a *Empresa Nacional de Electricidad (ENDE)* anunciou a criação da empresa ENDE Brasil com o objetivo de comercializar eletricidade com o país vizinho, visando a substituir o uso do diesel na geração elétrica no norte da região amazônica. O consumo de diesel no norte amazônico se aproxima de 6.226.000 toneladas por ano. Esse projeto foi alcançado através da assinatura de acordos internacionais, como o projeto “Cota 90” no Brasil, que consiste em uma usina hidrelétrica no lado brasileiro aproveitar a água que está do lado boliviano, permitindo à Bolívia participar da geração de energia adicional no Brasil. Este projeto faz parte do “memorando de entendimento” firmado em 2024 entre os dois países, voltado ao fortalecimento da infraestrutura regional e da integração energética [10].

Referências

- [1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/van-52-muertos-y-mas-de-452000-familias-afectadas-por-efectos-de-las-intensas-lluvias_508690/
- [2] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/gobierno-de-bolivia-declara-emergencia-nacional-por-las-lluvias-que-ya-dejan-51-muertos_508172/
- [3] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/inundaciones-en-la-amazonia-de-bolivia-afectan-2000-familias-y-el-agua-potable-escasea_507651/
- [4] Disponível em: https://elpotosi.net/nacional/20250317_senamhi-pronostica-lluvias-en-bolivia-hasta-fines-de-marzo-y-atenuaran-en-abril.html#google_vignette
- [5] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/declaran-prioridad-la-atencion-de-emergencias-en-bolivia-por-lluvias-que-dejan-52-muertos_508781/
- [6] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/03/28/20592/>
- [7] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/03/21/20514/>
- [8] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/03/27/20579/>
- [9] Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20250314/doria-medina-presenta-su-plan-soluciones-pando-cobija>
- [10] Disponível em: <https://abi.bo/index.php/economia2/61277-ende-brasil-empresa-que-exportara-electricidad-e-importara-para-evitar-el-uso-de-diesel-en-el-norte-amazonico>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

No plano doméstico, a Amazônia brasileira não teve destaque na agenda do presidente Lula em março de 2025. O evento mais relevante relacionado ao governo

federal foi a homologação parcial, pelo Supremo Tribunal Federal, do plano da União para o combate a queimadas e incêndios na Amazônia e no Pantanal, no dia 13. O plano detalha ações de prevenção e enfrentamento ao fogo, medidas de fortalecimento institucional e integração de dados dos sistemas federais de gestão ambiental e territorial. Na decisão de homologação, o ministro Flávio Dino determinou que a União complemente o plano com o detalhamento de gastos de custeio, a apresentação de relatórios bimestrais de acompanhamento e a inclusão de medidas de apoio logístico aos estados [1].

No plano internacional, a fim de estimular cooperações na agenda climática, o embaixador brasileiro André Côrrea do Lago, designado pelo presidente da Lula ao cargo de presidente da COP30 do Clima, divulgou, em 10 de março, uma carta de chamado global contra a mudança do clima. No documento, o diplomata destacou que a COP30 será a “primeira a ser sediada na Amazônia, um dos ecossistemas mais vitais do planeta e que, de acordo com os cientistas, agora corre o risco de ponto de inflexão irreversível”. Afirmou, ainda, que “as florestas podem nos fazer ganhar tempo na ação climática durante uma janela de oportunidade que se está fechando rapidamente”. Para conservá-las, defendeu o combate ao desmatamento, ações de reflorestamento, investimentos em bioeconomia e biotecnologia, transferência de tecnologia, programas de capacitação da população local e tomada de decisões com participação pública de povos indígenas e comunidades locais [3].

Em sintonia com este apelo a uma maior cooperação, a Irlanda anunciou, no dia 12 de março, sua primeira doação ao Fundo Amazônia, no valor de EU\$ 15 milhões de euros (cerca R\$ 92 milhões de reais). O aporte se somou aos recursos de outros sete países que atualmente financiam projetos de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) por meio do fundo: Noruega, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, Dinamarca, Suíça e Japão. Em cerimônia realizada em São Paulo para celebrar o anúncio da cooperação, o ministro de Transportes da Irlanda, Sean Canney, destacou o êxito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima brasileiro em reduzir o desmatamento na Amazônia em 45% na comparação de 2024 com 2022 [4].

Além disso, no dia 27, o Ministério do Meio Ambiente anunciou os 50 municípios que participarão do programa Cidades Modelos Verdes Resilientes. Trata-se de uma parceria do ministério com o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia e o C40 Cities Climate Leadership Group, financiada pela Bloomberg Philanthropies. Cada município deverá formular, até novembro, propostas de obras ou políticas públicas

relacionadas à mitigação e à adaptação climática. O processo de formulação receberá assistência técnica para avaliação da situação climática local, recomendações de iniciativas, avaliação de custos e indicadores de monitoramento. 14 cidades da Amazônia Legal foram selecionadas [2].

Por outro lado, a perda de recursos para projetos na Amazônia ocasionada pelo fechamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), anunciado pelo governo Trump em fevereiro e comunicado ao Congresso dos EUA em 28 de março, tornaram-se mais claros. Segundo levantamento do site de jornalismo Eco, a USAID havia destinado US\$ 24,7 milhões de dólares (cerca de R\$ 141,6 milhões) para 43 projetos no Brasil em 2024, dos quais US\$ 14,7 milhões de dólares (cerca de R\$ 84 milhões de reais) foram para projetos ambientais. Neste segmento, projetos na Amazônia incluíam esforços para a conservação de terras indígenas, a proteção de biodiversidade, o combate à extração ilegal de recursos naturais e respostas a incêndios [5].

Cabe registrar que esta redução de cooperação internacional em prol do desenvolvimento da Amazônia ocorre em meio ao aumento do crime organizado na região. O Comando Vermelho, fundado no Rio de Janeiro, vem expandindo sua presença em diversos pontos da Amazônia Legal, cujos rios são utilizados para a exportação de drogas, principalmente cocaína e skank, produzidas em países como Bolívia, Colômbia e Peru [6]. No dia 5 de março, a Polícia Federal destruiu dois helicópteros e um avião monomotor utilizados para narcotráfico na cidade de Careiro da Várzea, no Amazonas. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do estado, o uso de aeronaves releva que as organizações criminosas estão diversificando atividades criminosas, uma vez que o trânsito de drogas costumava ser feito através de rios da região [7]. A presença crescente do tráfico na Amazônia vem levando à incorporação de jovens ao crime, à intimidação de populações indígenas, ao aumento de assassinatos e à elevação do vício em drogas na sociedade local [8] [9].

Referências

[1] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/03/16/dino-homologa-plano-contra-incendios-na-amazonia-e-pantanal/>

[2] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/03/27/cop30-ministerio-anuncia-cidades-para-programa-de-mitigacao-e-adaptacao-climatica.ghtml>

- [3] Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/03/presidente-da-cop30-convoca-mutirao-global-contr-a-mudanca-do-clima>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/irlanda-anuncia-contribuicao-de-r-91-milhoes-ao-fundo-amazonia>
- [5] Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/fim-da-usaid-compromete-ao-menos-r-84-milhoes-em-projetos-ambientais-no-brasil/>
- [6] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2025/03/06/cv-toma-controle-de-gangues-e-domina-rota-piratas-e-traffic-no-marajo-pa.htm>
- [7] Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/03/06/aeronaves-destruidas-em-operacao-policia-no-am-indicam-adaptacao-do-traffic-de-drogas-no-estado-diz-ssp.ghtml>
- [8] Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/aterizando-na-agua-interdicao-aerea-traffic-de-drogas-e-violencia-na-amazonia-brasileira/>
- [9] Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods16/terras-indigenas-entram-na-rota-do-traffic-internacional-de-drogas-na-amazonia/>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Em março de 2025, houve uma troca na chefia do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia. Após a renúncia da então ministra Susana Muhamad em uma reunião ministerial controversa em 9 de fevereiro, o presidente Gustavo Petro nomeou, em 27 de fevereiro, a primeira ministra indígena da história da Colômbia: Lena Estrada Añokazi [1]. Nascida em La Chorrera, no departamento do Amazonas, Lena é indígena do povo amazônico Uiototo Mekana. A nova líder da pasta ambiental é formada em Ciência Política pela Universidade Nacional da Colômbia e possui doutorado em sustentabilidade pela Universidade Politécnica de Cataluña [2]. O trabalho que vem exercendo como funcionária do Ministério de Relações Exteriores no governo Petro em relação à defesa dos direitos dos povos indígenas e em fóruns multilaterais climáticos é reconhecido por organizações indígenas, como o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), que comemorou a nomeação [1]. Lena Estrada assumiu o cargo em 1º de março e afirmou que será uma prioridade avançar na garantia dos direitos de autonomia de autoridades ambientais indígenas, bem como assegurar que comunidades tradicionais tenham direito aos seus territórios [2][3].

Entre os dias 25 e 26 de março, Estrada participou de seu primeiro fórum internacional de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30) enquanto ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. No 16º Diálogo sobre o Clima de Petersberg, que aconteceu em Berlim, na

Alemanha, a ministra anunciou que iniciará um processo de formação para assegurar que grupos importantes, como os povos indígenas, comunidades afrodescendentes, o campesinato e as mulheres, participem da COP30 como negociadores e enviem delegações oficiais ao evento [4]. Além disso, em entrevista ao El País, 24 de março, Estrada reforçou a importância de uma visão compartilhada entre os países amazônicos na COP30. A ministra afirmou que os países amazônicos vão se reunir com esse fim, na Colômbia, ainda sem data definida [3]. Estrada acrescentou que o Brasil e a Colômbia concordam em perseguir o estabelecimento de uma agenda conjunta [3].

No dia 31 de março, o governo colombiano anunciou o fornecimento de US\$ 1,6 bilhão para apoiar projetos de signatários do Acordo Final de Paz nos departamentos amazônicos de Cauca e Meta [5]. O investimento fortalecerá iniciativas de economia solidária lideradas pelos signatários. As iniciativas incluem a pecuária sustentável, um espaço de *coworking* liderado por mulheres e uma fazenda de criação de suínos [5]. A boa integração social e econômica das comunidades locais afetadas pela economia ilícita na Amazônia é vista pelo governo colombiano como um passo importante para a redução do desmatamento e a preservação da floresta, já que as atividades dos grupos armados contribuem para a degradação ambiental.

Referências

- [1] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-02-27/petro-nombra-en-ambiente-su-cartera-predilecta-a-la-primera-ministra-indigena-de-colombia.html>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/ampliamos-la-consulta-para-los-lineamientos-de-la-sabana-de-bogota-ministra-lena-estrada/>
- [3] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-03-24/lena-estrada-anokazi-ministra-de-ambiente-de-colombia-los-pueblos-indigenas-hacemos-parte-integral-de-la-naturaleza.html>
- [4] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-marca-el-rumbo-con-propuestas-clave-para-la-cop30/>
- [5] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Impulso-del-Gobierno-nacional-por-1600-millones-para-apoyar-proyectos-250331.aspx>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 13 de março, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Equador pela violação de direitos dos povos indígenas que vivem em isolamento voluntário e enfrentam ameaças devido a atividades petrolíferas na região [1].

A decisão diz respeito aos povos Tagaeri e Taromenane, que vivem na reserva de Yasuní, na Amazônia Equatoriana. Segundo a decisão da CIDH, os direitos violados compreendem a propriedade coletiva, a livre determinação, vida digna, identidade cultural, saúde, alimentação, direito à vida e garantias de proteção jurídica desses povos.

A corte decidiu que o Estado deve respeitar o isolamento voluntário e que o princípio de não contato deve ser a premissa das decisões estatais. Além disso, estabeleceu que o governo do Equador deve trabalhar para ampliar a *Zona Intangible Tagaeri y Taromenane* (ZITT), área criada em 1999 que estabelece uma zona de conservação vedada a atividades extrativistas. A decisão também solicita uma investigação dos crimes cometidos e o cumprimento da decisão da consulta popular de agosto de 2023 que determinou a proibição da exploração de petróleo em Yasuní.

No dia 15 de março, foi noticiado um vazamento de petróleo que atingiu a província de Esmeraldas, no noroeste do país [2]. O Comitê de Operações de Emergência (COE) da capital da província decretou emergência ambiental enquanto a estatal Petroecuador anunciou um plano para lidar com os vazamentos do oleoduto que faz parte do *Sistema de Oleoduto Transequatoriano* (SOTE), que transporta petróleo bruto da Amazônia.

No dia 17 de março, o Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) iniciou atividades para conter o vazamento de óleo e assegurar o suprimento de água potável para as populações dependentes do abastecimento do Rio Esmeraldas. Foram distribuídos galões de água, tanques de armazenamento e kits de limpeza [3]. O ministério segue fiscalizando o plano de contingência implementado pela Petroecuador para garantir o controle da dispersão do óleo derramado, agravada pelas chuvas na região. Existe uma forte preocupação do impacto na biodiversidade das reservas ambientais de Manglares, Capayas Mataje, Galeras San Francisco no estuário do rio Esmeraldas e do Rio Muisne [4].

Para garantir a segurança hídrica da região, o MAATE disponibilizou três plantas potabilizadoras de água, contando com o apoio da Cruz Vermelha Equatoriana e da usina termoelétrica da central Termoesmeraldas, que possibilitou o abastecimento da população de Tachina, Camarones, Tabiazo, Propicia 2, Unidos Somos Más, Chaflu e San Mateo. Cada usina é capaz de filtrar 10 mil litros de água por hora e armazenar cerca de 60 mil litros [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/corteidh-falla-contr-ecuador-por-violacion-de-derechos-de-pueblos-indigenas/>
- [2] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/vazamento-de-petroleo-provoca-emergencia-ambiental-no-equador/>
- [3] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/labores-de-seguimiento-control-y-suministro-de-agua-segura-continuan-en-esmeraldas-ante-emergencia-por-derrame-de-crudo/>
- [4] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-maate-continua-supervisando-el-monitoreo-biotico-y-el-plan-de-contingencia-implementado-por-la-ep-petroecuador/>
- [5] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/tres-plantas-potabilizadoras-portatiles-de-agua-fueron-gestionadas-por-el-maate-para-continuar-suministrando-liquido-vital-en-esmeraldas/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

O mês de março marcou o recrudescimento das tensões entre Guiana e Venezuela sobre a soberania de Essequibo. No dia 1º de março, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, denunciou a movimentação de um barco de patrulha venezuelano em território marítimo exclusivo da Guiana [1]. Em seguida, o Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental dos EUA publicou a seguinte mensagem em sua conta no ‘X’: “Navios de guerra venezuelanos ameaçando a unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) da ExxonMobil são inaceitáveis e uma clara violação do território marítimo internacionalmente reconhecido da Guiana. Mais provocações resultarão em consequências para o regime de Maduro. Os Estados Unidos reafirmam seu apoio à integridade territorial da Guiana e à sentença arbitral de 1899” (tradução nossa) [2]. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também emitiu um pronunciamento sobre a questão: “Tais atos de intimidação constituem uma clara violação do direito internacional, minam a estabilidade regional e ameaçam os princípios da coexistência pacífica entre as nações. A OEA reitera seu firme apoio à soberania e integridade territorial da Guiana. O regime venezuelano deve cessar imediatamente todas as manobras agressivas que possam aumentar as tensões na região” (tradução nossa) [3][4].

Pouco tempo depois, no dia 6 de março, a Guiana informou ter pedido proteção à Corte Internacional de Justiça (CIJ) depois que a Venezuela anunciou que realizaria eleições no território de Essequibo. As eleições para governador estão marcadas para o dia 25 de maio, um dia antes da data comemorativa de independência da Guiana [5]. Posteriormente, no dia 21 de março, Irfaan Ali participou da cerimônia de inauguração

do mais novo Hangar do Corpo Aéreo da Força de Defesa da Guiana (*Guyana Defence Force* – GDF), onde afirmou que o país está disposto ao diálogo, mas que é necessário construir bases materiais capazes de proteger a soberania do território. Nas palavras de Ali: “Para a Venezuela, a mensagem é simples, respeite nossa soberania; ameace nossa soberania e nós resistiremos. A Guiana não será intimidada. A Guiana não será coagida e deixe-me repetir para aqueles que ainda duvidam, nós defenderemos cada centímetro quadrado de nossa terra; nós protegeremos cada gota de água em nossos mares. Nós salvaguardaremos cada cidadão desta República” (tradução nossa). Ali afirmou também que a nova instalação militar não representa uma ameaça de guerra, mas sim uma medida protetiva [6][7][8]. A estrutura para fins militares fica localizada a 10 km a leste de Georgetown, capital da Guiana.

Por sua vez, no dia 27 de março, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, visitou a Guiana e participou de uma entrevista coletiva junto com o presidente Irfaan Ali. Na ocasião, Rubio foi perguntado o que os Estados Unidos fariam caso a Venezuela atacasse a Guiana e, de forma direta, o mesmo respondeu que “eles [Venezuela] teriam um péssimo dia” (tradução nossa) [9].

Ainda sobre a coletiva de Rubio e Ali, outro assunto merece destaque especial: a China. Rubio também foi perguntado sobre o que os Estados Unidos acham da presença chinesa na região, tendo em vista a importância que o país asiático possui na economia caribenha e porque a Guiana¹ e outros países da região fazem parte da *Belt and Road Initiative* [9][10][11]. O Secretário de Estado foi enfático ao dizer que a região precisa de “mais opções”, além de criticar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas chinesas. Rubio utilizou o exemplo de uma estrada que utilizou para ir de Georgetown até o aeroporto Cheddi Jagan, a *The Heroes Highway*² [12]. Porém, segundo o ex-ministro de Obras Públicas David Patterson, Rubio se equivocou, pois a obra foi feita por empresas locais e com trabalhadores locais [13].

Irfaan Ali chegou a declarar que o país rico em petróleo daria preferência comercial aos Estados Unidos depois que Rubio prometeu reagir caso a Venezuela aja contra a Guiana. A Embaixada da China na Guiana respondeu aos comentários de Ali afirmando que Pequim sempre colocou a amizade entre Guiana e China em primeiro lugar

¹ No caso da Guiana, em 2018, um Memorando de Entendimento (MoU) foi assinado entre os dois países [11].

² Rubio foi a Guiana e ao Suriname no mesmo dia, 27 de março, onde conversou e participou de coletivas de imprensa com os presidentes de ambos os países. A crítica à estrada foi feita durante a coletiva com o presidente do Suriname, posterior ao encontro com Irfaan Ali [12].

e acrescentou o seguinte: “Honramos nosso compromisso com ações concretas. De fato, a China participou integralmente da maior transformação econômica e social da história da Guiana. Fatos e números falam mais alto do que qualquer outra coisa” (tradução nossa) [14].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.voanews.com/a/us-guyana-denounce-venezuelan-naval-incursion-/7993807.html>
- [2] Disponível em: <https://x.com/WHAAsstSecty/status/1895866770440724576>
- [3] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/mar/01/guyana-triggers-military-response-after-venezuelan-vessel-enters-its-waters>
- [4] Disponível em: https://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=E-010/25
- [5] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/03/guiana-denuncia-venezuela-por-convocar-eleicoes-estaduais-em-essequibo.shtml>
- [6] Disponível em: <https://www.kaiteurnewsonline.com/2025/03/22/guyana-will-not-be-intimidated-coerced-president-ali-tells-maduro/>
- [7] Disponível em: <https://newsroom.gy/2025/03/21/govt-invests-in-gdf-for-protection-not-war-says-president-ali/>
- [8] Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2025/03/22/guyanas-defence-strategy-closely-linked-to-national-development-objectives-president-ali/>
- [9] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RCKTj36Loy0>
- [10] Disponível em: <https://www.cijn.org/the-caribbean-engages-the-belt-and-road-initiative/>
- [11] Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2018/07/27/guyana-signs-onto-china-s-road-and-belt-initiative-public-infrastructure-to-be-major-focus/>
- [12] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L8ipp-sAM1c>
- [13] Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2025/03/29/news/guyana/road-that-rubio-criticized-was-not-built-by-chinese/>
- [14] Disponível em: <https://apnews.com/article/china-guyana-us-rubio-oil-f41d342bbdcf39bf1ae244bfab9f2fa6>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

Neste mês de março, ocorreram três encontros entre autoridades peruanas e de outros países para discutir questões que envolvem a governança da Amazônia. O primeiro ocorreu no dia 14, em Lima, entre os ministros de Relações Exteriores do Peru e da Colômbia, Elmer Schialer Salcedo e Laura Sarabia Torres, respectivamente. A reunião teve como objetivo reafirmar o compromisso de fortalecer as relações bilaterais, de impulsionar a integração regional e de coordenar políticas fronteiriças. Salcedo e Torres

destacaram o papel de diferentes organizações regionais, entre elas a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Embora nenhum projeto ou acordo concreto tenha sido assinado entre os dois países, o encontro sinalizou a intenção de ambos de aprofundar o diálogo entre as chancelarias do Peru e da Colômbia, que, no dia 13 de fevereiro deste ano, já haviam entrado em contato por meio de uma reunião entre os vice-ministros de Relação Exteriores de cada país [1].

Representantes diplomáticos peruanos também se reuniram com autoridades da Suíça em um evento ocorrido no dia 18 de março para discutir ações climáticas voltadas à implementação do artigo 6 do Acordo do Paris. Os dois países possuem um acordo bilateral para coordenar ações que visem à redução de gases do efeito estufa no Peru. No total, nove projetos de desenvolvimento sustentável estão em andamento e contam com o aporte financeiro de US\$ 100 milhões, segundo o embaixador da Suíça no Peru, Paul Garnier. Além de Garnier, o evento contou com a participação da vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico de Recursos Naturais do Ministério do Ambiente (Minam), Raquel Soto; de funcionários do setor público peruano; e de representantes da Fundação Suíça para Proteção do Clima e Compensação de Carbono (Klik) e da Câmara de Comércio Suíça no Peru [2].

Além de estreitar alianças com outros Estados, o Peru firmou também um acordo com a empresa privada Microsoft para o lançamento do *Proyecto Guacamaya Perú*. A iniciativa permitirá o uso da inteligência artificial para monitorar, analisar e proteger os ecossistemas e recursos naturais. O evento de lançamento ocorreu no dia 19 de março, sob a coordenação da vice-presidente do Minam, da embaixadora dos Estados Unidos no Peru, Stephanie Syptak-Ramnath, e do presidente da Microsoft para América do Sul hispânica, Fernando López Iervasi. O projeto *Guacamaya* da Microsoft conta com a participação de instituições científicas colombianas, como o Instituto Sinchi, o Instituto Von Humboldt e a Universidad de los Andes [3].

No âmbito das organizações regionais, o MRE peruano exerceu um papel relevante este mês, ao presidir a Sessão Extraordinária da Comissão Nacional Permanente (CNPP) da OTCA. Entre os acordos adotados, destaca-se a aprovação do Plano de Trabalho de 2025, que foi formulado e discutido por mais de 20 entidades públicas. O documento está alinhado com o processo de implementação de Declaração de Belém, que visa a lograr um desenvolvimento sustentável, proteger os povos indígenas e populações vulneráveis, bem como promover inovação e conhecimento [4].

O Minam, por sua vez, teve destaque no âmbito doméstico ao apresentar a *Hoja de Ruta Nacional de Economía Circular al 2030* (HRNEC), documento no qual se estabelece um marco estratégico para a transição a um novo modelo de produção baseado no consumo sustentável. Durante o evento, o ministro da pasta, Juan Carlos Castro, assegurou que a implementação do projeto poderá incrementar em 2% o PIB do país e gerar mais de 300 mil empregos envolvendo atividades sustentáveis. Participaram do evento autoridades nacionais e representantes da União Europeia (UE) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), que deram apoio técnico e financeiro para a elaboração do documento. Entre esses representantes, estavam a encarregada de negócios da UE, Narcisa Vladulescu, e o embaixador espanhol, Alejandro Abellán [5].

Por fim, cumpre registrar que o Minam, em conjunto com organizações indígenas do Peru, receberam da ONG *American Carbon Registry* (ACR) um prêmio pelo desenvolvimento do primeiro *Programa REDD+ Indígena Jurisdiccional* (RIJ). Esse programa é fruto da colaboração entre o Minam, a Associação Nacional de Executores de Contrato de Administração de Reservas Comunitárias (Anecap), a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesepe) e a Confederação de Nacionalidades Amazônicas do Peru (Conap), que integram o Grupo Peru de Pueblos Indígenas (GPPI). O programa RIJ procura reconhecer o trabalho das comunidades nativas amazônicas que atuam para proteger a floresta do desmatamento. O GPPI está se articulando junto com a empresa suíça Mercuria e com o Banco Mundial para conseguir aportes que permitam expandir o RIJ [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1126550-declaracion-conjunta-de-los-cancilleres-del-peru-y-colombia>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1128296-peru-y-suiza-impulsan-proyectos-para-reducir-impactos-del-cambio-climatico-con-inversiones-y-tecnologias-sostenibles>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1128778-minam-y-microsoft-lanzan-proyecto-para-monitorear-ecosistemas-usando-inteligencia-artificial>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1129556-comision-multisectorial-presidida-por-la-cancilleria-aprueba-plan-de-trabajo-para-promover-el-desarrollo-sostenible-de-la-amazonia>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1137175-minam-peru-inicia-la-implementacion-de-la-hoja-de-ruta-nacional-de-economia-circular-al-2030>

[6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1133256-grupo-peru-de-pueblos-indigenas-y-el-minam-reciben-premio-internacional-por-su-innovador-modelo-de-proteccion-de-bosques-amazonicos>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 10 de março, a Organização dos Estados Americanos (OEA) elegeu Albert Ramdin como o seu novo Secretário-Geral até 2030. Ramdin é Ministro de Relações Exteriores do Suriname desde 2020 e já atuou como Secretário Adjunto da OEA entre 2005 e 2015. Foi eleito como candidato único após a retirada da candidatura do paraguaio Rubén Ramírez Lezcano. Este era visto como uma opção alinhada aos interesses estadunidenses, enquanto Ramdin teria, supostamente, uma postura mais razoável e propensa ao diálogo com Venezuela, Cuba e Nicarágua, sendo ainda adepto ao multilateralismo, à integração regional e à agenda de desenvolvimento sustentável³ [1][2].

Durante a campanha ao cargo, em fevereiro, Ramdin, em uma entrevista para a CNN, afirmou que os desafios da OEA são “multifacetados”, dando o exemplo de temas como migração e segurança em perspectiva continental. Além disso, naquele mesmo mês, Ramdin declarou a Atlantic Council, sediada nos Estados Unidos, que não é desejo da OEA ser inserida em questões geopolíticas globais [3][4].

No dia 27 de março, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, visitou o Suriname e participou de uma coletiva de imprensa com o presidente do país, Chan Santokhi. Durante a coletiva, Rubio enfatizou, por muitas vezes, que ser parceiro dos Estados Unidos garantiria uma série de benefícios ao Suriname, incluindo segurança, oportunidades e prosperidade econômica [5].

Durante a coletiva, um dos repórteres perguntou sobre a política estadunidense em relação à presença chinesa no Caribe, devido a relevância que a China possui na região [6]. As respostas de Rubio foram semelhantes às emitidas em outra coletiva que ocorreu no mesmo dia, na Guiana. O Secretário de Estado atacou os serviços oferecidos e realizados pelos chineses e falou sobre a necessidade de “alternativas” para os países caribenhos. Rubio comentou também especificamente sobre os serviços de telecomunicações, afirmando que uma estrutura em rede de origem chinesa representaria uma ameaça aos investidores estadunidenses, pois os mesmos não iriam querer seus dados

³ Ver Evento “Organização dos Estados Americanos elege novo Secretário-Geral” publicado no Conjuntura Latitude Sul de março de 2025 (OPSA). Disponível em: <https://opsa.com.br>

roubados. Por outro lado, o presidente Santokhi argumentou que o Suriname é um país em desenvolvimento e que todas as cooperações internacionais do Estado são baseadas no pragmatismo. Santokhi afirmou que os projetos realizados por empresas chinesas foram produtos de licitações internacionais financiadas por agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM), de forma que as próprias empresas do Suriname foram excluídas do processo. Além disso, Santokhi também disse que o Suriname e os Estados Unidos são países muito próximos e que os investidores estadunidenses não precisam ir até a África, por exemplo, para obterem oportunidades nos setores de óleo e gás, tendo em vista que o Suriname possui tais recursos [5].

Nota-se que, enquanto Ramdin, como secretário-geral da OEA, busca afastar o jogo da “grande geopolítica” (largamente marcada pelo crescimento de tensões entre EUA e CHINA) das relações entre os países do continente americano, Rubio faz questão de explicitar que não haveria escolha, pois os tabuleiros do Caribe e da América do Sul são necessários para fortalecer a estratégia estadunidense frente à ascensão chinesa.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/oea-elege-secretario-geral-com-chanceler-do-suriname-como-candidato-unico-o-que-esta-em-jogo/>
- [2] Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/809736-albert-ramdin-fue-elegido-secretario-general-de-la-oea>
- [3] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OASfDejbv/>
- [4] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/oea-se-prepara-para-eleger-chanceler-do-suriname-como-seu-secretario-geral/>
- [5] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L8ipp-sAM1c>
- [6] Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2025/03/15/vs-waarschuwt-voor-groeierende-chinese-invloed-in-caribisch-gebied/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No mês de março de 2025, as ações da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) para coibir a mineração ilegal na Amzônia tiveram continuidade. No dia 2, o comandante Domingo Hernández Lárez informou que foi desmantelado um acampamento no estado do Amazonas. Na ocasião, foram destruídos oito tambores de 200 litros e três galões de 70 litros de gasolina, assim como 23 tapetes, um gerador

elétrico, 100 sacos vazios, entre outros materiais [1]. Nesse mês, Hernández Lárez também anunciou uma ação de desmantelamento no estado de Bolívar, a qual encontrou três motores, quatro motocicletas, uma turbina de água de alta pressão, um eixo de moinho, duas bombas hidráulicas e quatro chapas galvanizadas, entre outros materiais [2]. Por fim, por meio das Unidades de Reação Rápida (URRA) da Zona Operacional de Defesa Integral Amazonas, no âmbito da Operação Escudo Bolivariano “Carida 2025”, a FANB deteve cinco garimpeiros ilegais no setor de Mina Nueva, município de Atabapo (Amazonas) [3].

Por sua vez, a ONG SOS Orinoco continuou com suas denúncias de ações de mineração ilegal na Amazônia venezuelana. Em post na rede social “X”, denunciou atividades criminosas no Parque Nacional Serranía La Neblina, em Cerro Avispa, no sul do estado do Amazonas, próximo à fronteira com o Brasil. A ONG informou que a velocidade da degradação ambiental indica que a mineração é mecanizada, seguindo o mesmo padrão utilizado pelo garimpo ilegal no Brasil [4]. Maria Corina Machado, líder da oposição, repostou a denúncia da ONG, afirmando que Nicolás Maduro destrói de maneira irreversível o patrimônio natural da Venezuela [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.elimpulso.com/2025/03/04/fanb-destruye-un-campamento-de-mineria-ilegal-en-amazonas-4mar/>
- [2] Disponível em: <https://www.bancaynegocios.com/militares-retienen-material-usado-para-la-mineria-ilegal-en-el-estado-bolivar/>
- [3] Disponível em: <https://www.laradiodelsur.com.ve/fanb-detiene-a-5-mineros-ilegales-en-amazonas/>
- [4] Disponível em: <https://x.com/SOSOrinoco/status/1897271528212828392>
- [5] Disponível em: <https://www.elimpulso.com/2025/03/06/machado-maduro-esta-infligiendo-nuestra-amazonia-una-de-las-regiones-mas-biodiversas-del-mundo-6mar/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 12 de março, o Grupo Parlamentar da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) elegeu o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e a deputada Socorro Neri (PP-AC) para os cargos de presidente e vice-presidente de sua Comissão Executiva no biênio 2025-2026 [1]. O grupo é responsável por estabelecer o diálogo entre

os parlamentos dos países e a OTCA. Participaram da reunião os parlamentares da Colômbia, Yenica Acosta Infante; do Peru, Karol Paredes; e da Bolívia, Carlos Arrien, além de representantes da sociedade civil e membros da Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento. Na sequência, o grupo definiu as prioridades da atual gestão: a institucionalização do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), o monitoramento da crise hídrica que atinge a Amazônia, a harmonização das legislações e a atuação pela melhoria das condições de vida para a população que vive na região [2].

No dia 20 de março, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Subsecretaria da Ciência e Tecnologia para a Amazônia anunciaram uma [chamada pública](#) do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica (Pró-Amazônia) [3]. A chamada vai destinar cerca de R\$35 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para projetos e pesquisas na Amazônia Legal. O edital prevê que os projetos devem ser realizados em parceria com pelo menos uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) sediada em um país-membro da OTCA. Os objetivos da iniciativa são fortalecer a cooperação internacional, fomentar a pesquisa aplicada e estimular soluções inovadoras que contribuam para a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento integrado da Amazônia.

Além disso, no dia 21, a OTCA anunciou que o Projeto Bacia Amazônica, associado à implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Amazônica (GIRH), apoiou a instalação de três estações de monitoramento glaciológico e hidrométrico na Bolívia e mais quatro que serão implementadas no Peru [4]. As ferramentas, que capturam dados de temperatura, precipitação e fluxo de água proveniente das geleiras, foram criadas com a participação dos governos nacionais, universidades e comunidades locais. com a finalidade de garantir a segurança das populações e o uso eficiente da água. Na Bolívia, o projeto conta com o trabalho desempenhado pelo Instituto de Hidráulica e Hidrologia (IHH) da *Universidad Mayor de San Andrés*, no Peru, quem articula as operações é a Autoridade Nacional de Água.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1139354-grupo-parlamentar-de-cooperacao-amazonica-elege-comissao-executiva-para-bienio-2025-2026/>

- [2] Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/03/12/grupo-discute-prioridades-legislativas-para-cooperacao-de-paises-amazonicos>
- [3] Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/mcti-e-cnpq-abrem-chamada-de-r-33-5-milhoes-para-pesquisas-na-amazonia-legal>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/geleiras-tropicais-em-retrocesso-otca-e-paises-membros-fortalecem-a-gestao-das-aguas-glaciais-dos-andes-para-proteger-a-bacia-amazonica/>